



**UFPE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**RITA DE CÁSSYA SANTANA MOURA**

**GRANDES POTÊNCIAS E A ORDEM MUNDIAL: UMA  
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE REALISMO E  
ESCOLA INGLESA**

**RECIFE**

2025

RITA DE CÁSSYA SANTANA MOURA

**GRANDES POTÊNCIAS E A ORDEM MUNDIAL: UMA  
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE REALISMO E  
ESCOLA INGLESA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em ciência política da Universidade Federal de Pernambuco.

**Orientador:** Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza Lima

**RECIFE**

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Moura, Rita de Cássya Santana.

Grandes Potências e a Ordem Mundial: uma análise comparativa entre  
realismo e escola inglesa / Rita de Cássya Santana Moura. - Recife, 2025.  
53, tab.

Orientador(a): Rafael Mesquita de Souza Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2025.  
10.

Inclui referências.

1. Grandes Potências. 2. Relações Internacionais. 3. Realismo. 4. Escola  
Inglesa. 5. Ordem Internacional. I. Lima, Rafael Mesquita de Souza.  
(Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

RITA DE CÁSSYA SANTANA MOURA

**GRANDES POTÊNCIAS E A ORDEM MUNDIAL: UMA  
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE REALISMO E  
ESCOLA INGLESA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em ciência política da Universidade Federal de Pernambuco.

**Orientador:** Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza Lima

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza Lima (orientador)  
Departamento de Ciência Política - UFPE

---

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros  
Departamento de Ciência Política - UFPE

---

Prof. Dr. Marcos Aurelio Guedes de Oliveira  
Departamento de Ciência Política - UFPE

Dedico este trabalho a meus pais, que, com sua força e dedicação, me protegeram das tempestades, permitindo que eu chegasse aqui em paz.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer, primeiramente, aos meus pais, Jailson e Maria José, que com amor incondicional foram o alicerce de cada passo dessa jornada. Vocês estiveram comigo em todos os momentos, celebrando as vitórias e me apoiando nas dificuldades, mostrando que carinho e confiança são os maiores incentivos para seguir em frente. Ao meu irmão, Jalison, que sempre esteve ao meu lado, compartilhando risos, desafios e aprendizados, minha gratidão por sua presença constante e por me lembrar que a família é a nossa maior força. Agradeço também à Henrique, cuja paciência e apoio foram essenciais ao longo desse processo; cada gesto, palavra e ajuda tornaram este percurso mais leve e significativo, permitindo que eu superasse os obstáculos e encontrasse ânimo nos momentos difíceis.

Aos meus professores da graduação, que sempre semearam o conhecimento e despertaram minha curiosidade, deixo meu sincero obrigado por não apenas transmitir conteúdos e técnicas, mas também por inspirar a busca pela excelência e a paixão pelo aprendizado. Cada aula e cada conselho contribuíram para a formação da profissional e da pessoa que sou hoje. De maneira especial, agradeço ao meu orientador, Professor Rafael Mesquita, que com sua orientação brilhante, sensibilidade e dedicação me guiou por todos os desafios deste trabalho. Sua experiência e generosidade em compartilhar conhecimento foram fundamentais para a realização desse sonho, e serei eternamente grata.

Este trabalho é resultado de um esforço coletivo, alimentado pelo carinho, incentivo e apoio de pessoas que sempre acreditaram em mim. A cada um de vocês, meu sincero e profundo agradecimento.

## RESUMO

Atualmente, o debate sobre as grandes potências se intensifica, sobretudo diante das recentes tensões entre Estados Unidos e China. Este trabalho investiga, a partir de uma perspectiva conceitual, o que define uma nação como grande potência e como esses Estados influenciam a ordem internacional, respondendo às perguntas: o que são as grandes potências e o que elas fazem. Fundamentada na Teoria Realista — que enfatiza o poder material e a lógica da balança de poder — e na Escola Inglesa — que ressalta o reconhecimento internacional e a capacidade de moldar normas —, o trabalho é uma revisão bibliográfica que compara as principais obras e autores. A comparação indica que o status de grande potência é dinâmico, emergindo da interação entre capacidades objetivas (como o poder militar e econômico) e processos de legitimidade, demonstrando que esses Estados não apenas moldam a ordem global, mas também exercem um papel normativo essencial para a estabilidade e cooperação internacional.

**Palavras-chave:** Grandes Potências; Realismo; Escola Inglesa; Ordem Internacional; Relações Internacionais.

## ABSTRACT

Currently, the debate about great powers is intensifying, especially in light of recent tensions between the United States and China. This work investigates, from a conceptual perspective, what defines a nation as a great power and how these states influence the international order, answering the questions: what are great powers and what do they do. Based on Realist Theory—which emphasizes material power and the logic of the balance of power—and the English School—which highlights international recognition and the ability to shape norms—the study is a bibliographic review that compares the main works and authors. The comparison indicates that the status of great power is dynamic, emerging from the interaction between objective capacities (such as military and economic power) and legitimacy processes, demonstrating that these states not only shape the global order but also play an essential normative role in maintaining stability and international cooperation.

**Keywords:** Great Powers; Realism; English School; International Order; International Relations.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>O QUE É UMA GRANDE POTÊNCIA?</b>	<b>14</b>
2.1	Desafios de Mensurar e Hierarquizar	14
2.2	Teoria Realista das Relações Internacionais	17
2.3	Poder para Morgenthau	19
2.4	Escola Inglesa	24
2.5	Poder para a Escola Inglesa	28
2.6	Potências	30
<b>3</b>	<b>O QUE UMA GRANDE POTÊNCIA FAZ?</b>	<b>35</b>
3.1	Anarquia e Realismo	35
3.2	Os tipos de Política Externa	37
3.3	A Balança de Poder para os Realistas	40
3.4	Grandes Potências como Instituição	42
3.5	Balança de Poder na Escola Inglesa	44
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>53</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a crescente tensão entre os Estados Unidos e a China vem chamando a atenção de observadores e formuladores de políticas ao redor do mundo. A disputa comercial, acompanhada de embargos e barreiras tarifárias, tem gerado incertezas que afetam tanto as duas economias diretamente envolvidas quanto países de menor porte, obrigados a ajustar suas estratégias de investimento e comércio. A competição tecnológica, marcada sobretudo pela corrida em inteligência artificial e semicondutores, também não se limita às duas potências: ela repercute nos preços e na oferta de produtos em mercados distantes, além de influenciar acordos políticos que podem mudar de rumo em questão de meses — o que reflete a profundidade e a amplitude dessa competição entre grandes potências.

É nesse contexto que o comportamento desses países mais influentes demonstra-se crucial para determinar o futuro da ordem internacional. No livro *A Caminho da Guerra* (2017), Graham Allison faz uma análise detalhada do fenômeno conhecido como “armadilha de Tucídides”, inspirada na rivalidade entre Esparta e Atenas. O autor descreve como a ascensão de uma potência emergente pode criar receios na potência estabelecida, resultando em confronto na maioria dos casos históricos examinados. Quando aplicado à dinâmica atual, ele sugere que o crescimento chinês pode levar os Estados Unidos a reagir de modo a preservar sua hegemonia, causando tensões capazes de afetar toda a comunidade internacional.

Discutir a posição e o comportamento das grandes potências vai muito além de analisar disputas comerciais ou negociações bilaterais. Trata-se, antes de tudo, de um exercício conceitual voltado a compreender o que define uma nação como grande potência e de que maneira esses Estados exercem influência sobre a ordem internacional. Nesse contexto, a atenção se volta tanto para os critérios que

determinam essa classificação quanto para as estratégias adotadas por essas nações para moldar agendas e estabelecer padrões de conduta. Um exemplo que evidencia a complexidade desse debate é a China. Há uma década, poderia ela ser considerada uma grande potência? Que parâmetros deveriam ser levados em conta para essa definição? Essas perguntas demonstram como a questão não se resume a um simples rótulo, mas envolve uma análise mais ampla sobre os fatores que legitimam e consolidam o status de uma potência no sistema internacional.

Dado esse cenário em que grandes potências exercem papel fundamental na formação de agendas e na redefinição de prioridades globais, surge a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a essência desse poder. É justamente nesse ponto que se insere este trabalho, pois a discussão sobre o que torna um Estado capaz de influenciar de maneira tão abrangente outros atores internacionais não pode se restringir a conjunturas específicas — como é o caso da tensão entre Washington e Pequim —, mas deve considerar aspectos gerais e duradouros que possam explicar por que algumas nações emergem como forças determinantes no sistema mundial.

Com base nessa perspectiva, este estudo propõe responder a duas questões principais: o que são as grandes potências e o que elas fazem no contexto internacional, à luz da Teoria Realista das Relações Internacionais e da Escola Inglesa. A escolha do Realismo e da Escola Inglesa como referenciais teóricos deve-se à relevância dessas abordagens no estudo das grandes potências. Essa combinação permite uma análise mais completa, equilibrando a dimensão material do poder com os processos de reconhecimento e legitimidade na ordem internacional.

Assim, o objetivo geral consiste em examinar os critérios que definem uma nação como grande potência e as implicações que decorrem de tal status, tanto para a própria potência quanto para a ordem global. Ao adotar esse foco conceitual, a pesquisa busca contribuir para o debate acadêmico na área de Relações Internacionais, destacando a importância de se compreender a dimensão mais ampla do poder, que engloba recursos materiais, reconhecimentos de legitimidade e dinâmicas históricas ou institucionais.

A estrutura do trabalho foi organizada para responder às duas questões centrais da pesquisa. No segundo capítulo, são discutidos os desafios de definir e classificar grandes potências, considerando as perspectivas do Realismo e da Escola Inglesa. Essa parte explora conceitos como a visão de Morgenthau sobre o poder e as contribuições de outros teóricos para a hierarquia entre Estados. O terceiro capítulo, por sua vez, foca no que essas potências fazem na prática, abordando temas como anarquia, comportamento estatal, política externa, balança de poder e o papel institucional das grandes potências. Com isso, busca-se compreender tanto os critérios que definem uma grande potência quanto às formas pelas quais esses Estados influenciam a dinâmica internacional. Por fim, a conclusão resgata as principais ideias discutidas, destacando seus desdobramentos teóricos e práticos, além de sugerir possíveis caminhos para estudos futuros.

Diante do desafio de definir o que caracteriza uma grande potência e como esses Estados exercem influência no cenário internacional, a pesquisa permitiu identificar elementos conceituais fundamentais. Para o Realismo, a posição hierárquica dos Estados está diretamente ligada ao poder material, com ênfase na capacidade militar e econômica como fatores determinantes. Essa abordagem

destaca a lógica da balança de poder, na qual a busca por segurança e a maximização dos interesses nacionais moldam o comportamento estatal. Já a Escola Inglesa argumenta que o status de grande potência não se resume à força material, mas também depende do reconhecimento internacional e da capacidade de criar e sustentar normas dentro da sociedade internacional. A comparação entre essas perspectivas revelou que, embora ambas concordem com a existência de uma hierarquia entre os Estados, divergem sobre os critérios que fundamentam esse status e as responsabilidades que o acompanham. A análise conduzida reforça a ideia de que o conceito de grande potência não é fixo, mas sim um processo dinâmico que resulta da interação entre poder, legitimidade e estruturas institucionais no sistema internacional.

## **2. O QUE É UMA GRANDE POTÊNCIA?**

### **2.1 Desafios de Mensurar e Hierarquizar**

A tarefa de mensurar e hierarquizar grandes potências no sistema internacional envolve uma série de desafios conceituais, teóricos e subjetivos. O primeiro grande obstáculo é a complexidade conceitual e teórica associada ao termo "grande potência". Não existe uma definição consensual e clara do que constitui uma grande potência, pois diferentes escolas de pensamento oferecem visões variadas.

Uma ideia chave é que o poder, no cenário internacional, é multifacetado e varia ao longo do tempo, como explorado por diversos autores. Assim, a ascensão e queda de potências refletem um processo dinâmico e sujeito a interpretações, onde o contexto histórico e as interações entre os Estados desempenham papéis cruciais na redefinição de posições e na percepção de poder no cenário internacional. Os realistas enfatizam a distribuição de poder material e a posição relativa dos Estados no sistema internacional como critérios centrais para definir o status de grande potência. No entanto, essas definições enfrentam complexidades teóricas e metodológicas.

Dentre os autores que trataram do problema da hierarquia na ordem internacional, Martin Wight, em *A Política do Poder* (2002), defende que a política internacional é periódica e marcada por mudanças no equilíbrio de poder. O que dificulta a criação de classificações estabelecidas, dado que a conceitualização das potências reflete essa dinâmica. Hans Morgenthau (2003) argumenta que a política internacional é uma luta constante pelo poder e pela sobrevivência. Para ele, o poder está vinculado à capacidade militar e econômica. No entanto, ele também reconhece que o poder é um conceito multidimensional e que a hierarquização entre

os tipos de potências não é rígida, do que o status internacional pode mudar em função das variações nas capacidades e circunstâncias em que o país se encontra.

Em *The Reason of State* (1956), uma obra clássica que remonta a análise das relações internacionais no século 20, Giovanni Botero argumenta que um Estado pode ascender ou declinar na hierarquia à medida que sua habilidade de se adaptar às condições geopolíticas e econômicas oscilam, destacando a capacidade dos Estados em garantir sua segurança e prosperidade como uma medida essencial de poder. David Lake, em *Hierarchy in International Relations* (2009), por sua vez, sugere que existem níveis de hierarquia no qual grandes potências exercem controle sobre as menores, mas que a fluidez das relações hierárquicas dificulta a clara distinção entre elas.

Para Robert Gilpin (1981 e 2002) as mudanças no equilíbrio de poder global ocorrem em ciclos, à medida que novas potências emergem e antigas potências declinam. Sendo assim, sugere que a hierarquia de potências nunca é permanente, e é moldada por forças econômicas e políticas que estão em transformação constantemente. John Ikenberry, em *After Victory* (2019) e *Dominance and Leadership in the International Economy* (1981), defende que as grandes potências utilizam instituições internacionais para firmar sua liderança. Entretanto, essas mesmas instituições, podem abrir espaço para que potências intermediárias mudem a ordem internacional, mesmo que não tenham a força material das grandes.

Além dos fatores materiais e econômicos, a identidade desempenha um papel crucial na definição da posição de um Estado na hierarquia global. A identidade de um país, tanto como ele se vê quanto como é visto pelos outros, molda sua atuação e o reconhecimento de seu status.

Paul et al, em *Status in World Politics* (2014), argumenta sobre a importância do status e do prestígio. O status de uma potência é tanto uma questão de capacidade material quanto de reconhecimento social, em que Estados buscam ser reconhecidos por sua posição de poder, e esse reconhecimento, vai afetar a hierarquização internacional. Mesmo potências médias podem almejar um status maior, criando obstáculos para uma classificação estável e objetiva.

A identidade está intrinsecamente ligada ao status, como discutido por Paul et al, e influencia tanto a autopercepção de um Estado quanto sua reputação global. Países como a China e a Rússia moldam suas políticas externas baseadas em identidades históricas de grandes potências, o que reforça suas posições hierárquicas. Já potências intermediárias, como o Brasil, frequentemente enfrentam o desafio de alinhar sua identidade com um reconhecimento internacional mais elevado, buscando consolidar seu papel como potências regionais ou globais.

Além disso, o papel da identidade é visível na forma como Estados utilizam soft power para influenciar o sistema internacional, promovendo valores culturais e diplomáticos que ampliam sua influência. Assim, Estados com identidades fortes, construídas em torno de narrativas de paz, prosperidade ou liderança moral, podem ganhar status e prestígio, o que os posiciona mais acima na hierarquia, mesmo sem recursos materiais equivalentes.

A identidade nacional, portanto, adiciona uma camada subjetiva à hierarquização das potências, mostrando que o poder internacional não é apenas uma questão de capacidades materiais, mas também de percepções, prestígio e reconhecimento. Isso torna o desafio de hierarquizar potências ainda mais complexo, pois envolve não só forças tangíveis como economia e militares, mas

também a forma como os países constroem suas identidades e são percebidos globalmente.

Dada a complexidade e variabilidade das definições de poder, status e identidade no sistema internacional propostas pela literatura, este trabalho explorará como duas das principais teorias das Relações Internacionais – o Realismo e a Escola Inglesa – abordam a questão da hierarquização das potências. O Realismo, com sua ênfase no poder material, será contraposto à Escola Inglesa, que valoriza o papel da identidade e do reconhecimento no posicionamento das potências globais.

## **2.2 Teoria Realista das Relações Internacionais**

A teoria realista das Relações Internacionais é uma das perspectivas fundamentais para entender as interações entre os atores globais, principalmente entre os Estados soberanos. Emergindo no período pós-Primeira Guerra Mundial e ganhando destaque durante a Guerra Fria, o realismo continua a influenciar profundamente o pensamento político internacional contemporâneo. Este corpo teórico parte de uma premissa básica: a visão de que o sistema internacional é caracterizado pela anarquia, onde não há uma autoridade central para impor regras e garantir a segurança entre os Estados.

Um dos pioneiros do realismo moderno foi Hans Morgenthau, cuja obra seminal "Política entre as Nações", publicada em 1948, lançou as bases conceituais para a abordagem realista. Morgenthau enfatizou que os Estados são os principais atores na arena global e que suas ações são motivadas principalmente pela busca pelo poder e pela defesa de seus interesses nacionais. Para Morgenthau, a política internacional é moldada pela competição entre os Estados, cada um buscando

aumentar sua posição relativa de poder para garantir sua segurança e maximizar seus interesses.

No cerne do realismo está a concepção de que o mundo é anárquico, o que significa que não há uma autoridade central para impor ordem e garantir segurança entre os Estados. Essa anarquia gera um ambiente de desconfiança mútua, levando os Estados a adotarem uma postura de autoajuda e a buscar o poder como meio de assegurar sua sobrevivência e proteger seus interesses.

Kenneth Waltz (2002), o principal teórico neorrealista, enfatiza que a estrutura anárquica do sistema internacional é o fator central que determina o comportamento dos Estados. Em um ambiente sem uma autoridade central, os Estados operam em um sistema de autoajuda, agindo para maximizar sua segurança e poder relativo. Diferente do realismo clássico, que vê o conflito como resultado da natureza humana e das ambições de poder, o neorrealismo atribui esse comportamento à necessidade imposta pela anarquia, oferecendo uma explicação mais sistemática e estruturada das relações internacionais.

Uma das principais características do realismo é sua ênfase na segurança nacional. Os realistas argumentam que os Estados devem priorizar a proteção de seus próprios territórios e populações, pois estão sempre sujeitos à ameaça de conflito e violência por parte de outros atores internacionais. Nesse contexto, a formação de alianças e coalizões é vista como uma estratégia crucial para aumentar a segurança e o poder relativo de um estado em relação aos seus vizinhos e rivais.

Além disso, o realismo destaca a natureza conflituosa das relações internacionais, argumentando que os conflitos de interesses entre os Estados são inevitáveis e que a guerra é uma manifestação extrema desse conflito. A competição

por poder e recursos pode levar a confrontos diretos, como guerras, ou a formas mais sutis de competição, como diplomacia coercitiva e competição econômica. Portanto, os realistas defendem a necessidade de uma política externa pragmática e realista, que reconheça a importância do equilíbrio de poder e da dissuasão para evitar conflitos desnecessários.

### **2.3 Poder para Morgenthau**

Existem seis princípios fundamentais que norteiam a política internacional sob a perspectiva do realismo político moderno, conforme delineado por Morgenthau (2003). Desses seis, três lidam diretamente com a questão do poder. Primeiro, a política internacional é definida como a política do poder. Isso implica que os Estados estão constantemente buscando aumentar sua capacidade de influenciar o comportamento de outros atores internacionais por meio de recursos econômicos, militares ou diplomáticos. Um exemplo clássico dessa dinâmica é a Guerra Fria, na qual Estados Unidos e União Soviética competiram pelo domínio global através de alianças militares, intervenções políticas e corrida armamentista.

Em segundo lugar, o interesse, definido em termos de poder, constitui uma categoria objetiva e universalmente válida. Morgenthau argumenta que os interesses de segurança e sobrevivência dos Estados são tangíveis e mais facilmente compreendidos do que noções abstratas de justiça ou moralidade. Por exemplo, durante as Grandes Navegações, as potências europeias buscavam expandir seus impérios coloniais não apenas por motivos econômicos, mas também para garantir uma posição dominante no cenário internacional.

O terceiro princípio que se relaciona com o poder é que o realismo político moderno sustenta a autonomia da esfera política, raciocinando em termos de poder.

Embora a ética e a moralidade desempenhem papéis importantes, elas não devem sobrepor-se aos imperativos de segurança e sobrevivência dos Estados. Isso pode ser exemplificado pela política de *realpolitik* adotada por líderes como Otto von Bismarck, que promovia os interesses da Prússia por meio de alianças pragmáticas e manobras diplomáticas, independentemente de considerações éticas ou ideológicas.

Os outros três princípios tratam da normatividade e da relação entre política e moralidade. O primeiro desses princípios afirma que a política é regida por leis objetivas, originadas na natureza humana. Independentemente das circunstâncias históricas ou culturais, a busca pelo poder e pela segurança é uma constante, refletida nos padrões de interação entre os Estados. Em seguida, há uma tensão inevitável entre princípios morais e a ação política. Líderes políticos frequentemente enfrentam dilemas éticos ao tomar decisões que afetam a segurança e o interesse nacional de seus países, como no caso de uma guerra preventiva contra uma ameaça percebida, que pode violar normas de paz e não agressão.

Por fim, o realismo político se recusa a equiparar aspirações morais nacionais às leis morais universais. Embora os Estados possam proclamar objetivos nobres, como a promoção da paz mundial, suas ações são frequentemente motivadas por interesses de poder e segurança, como visto em intervenções humanitárias seletivas guiadas por considerações políticas e estratégicas.

Com base nesses princípios, a política internacional é caracterizada como um conjunto de nações que empregam todos os recursos disponíveis para alcançar um objetivo político previamente definido, ou seja, o poder. É importante salientar que, independentemente dos objetivos da política internacional, para o realismo político, o

poder é o elemento central e imediato. Segundo Morgenthau (2003), sempre que as nações e seus líderes buscam realizar seus objetivos por meio da política internacional, estão, de fato, lutando pelo poder.

Segundo Morgenthau, poder é a capacidade de uma entidade dominar as ações e os pensamentos de outra. Ele ressalta que o poder político se estabelece como uma relação psicológica entre dois pólos, o ativo, aquele que o exerce, e o passivo, o receptor da influência. O autor sublinha que o interesse, quando interpretado em termos de poder, constitui o epicentro das interações na esfera internacional. Tal conceituação distingue a política de outras esferas de atividade humana, como economia, ética, estética e religião, que permite uma análise racional do comportamento dos agentes políticos. Os interesses políticos se transformam ao longo do tempo e variam de acordo com o contexto histórico e geográfico. Por exemplo, na história, observamos diversas manifestações do exercício de poder pelos Estados, que vão desde a expansão territorial até a projeção de influência cultural e econômica.

Discorre ainda sobre poder legítimo e ilegítimo, sendo o primeiro justificável legal ou moralmente, como a defesa própria em guerra ou apoio a aliados (guerra justa), enquanto o poder ilegítimo não possui respaldo moral ou legal, como ações guerrilheiras ou guerras expansionistas. Um exemplo contemporâneo de exercício de poder legítimo pode ser observado na intervenção da OTAN no Kosovo em 1999, em resposta à limpeza étnica realizada pelo regime de Slobodan Milosevic. Essa intervenção foi legitimada pela comunidade internacional como uma medida para proteger civis e promover a estabilidade na região, apesar das controvérsias e críticas posteriores sobre sua legalidade.

Um exemplo de exercício de poder ilegítimo na perspectiva de Morgenthau pode ser encontrado em ações de guerrilha ou insurgência que desrespeitam normas internacionais ou leis morais reconhecidas pela comunidade internacional por utilizar táticas violentas contra civis e alvos não combatentes, desrespeitando os princípios do direito internacional humanitário. Por exemplo, organizações como o Estado Islâmico (ISIS) ou o Boko Haram têm sido acusadas de cometer atrocidades, como ataques a bomba em áreas civis, sequestros em massa e execuções sumárias, sem consideração pelos direitos humanos ou normas de guerra.

Contudo, o propósito contemporâneo da política de poder entre as nações não se limita à dominação efetiva de territórios inimigos, destruição de seus exércitos e subjugação de suas populações por meio de poder coercitivo. Conforme destaca Morgenthau (2003), reside na necessidade de mudar a mentalidade de líderes e povos hostis, a fim de fazê-los sucumbir à vontade da nação que promove tais ações sobre eles. "O poder, mesmo que limitado e qualificado, representa o valor supremo reconhecido pela política internacional" (Morgenthau, 2003, p. 82), cujo exemplo clássico é a dominação e subjugação direta ou indireta de uma nação sobre outra. O poder engloba todos os relacionamentos sociais que visam a esse fim, desde a violência física até os laços psicológicos mais sutis pelos quais uma mente controla a outra.

A partir dos princípios apresentados, o poder nacional e a luta pelo poder são teorizados. A existência de um poder nacional é reconhecida, do qual deriva a política externa de uma nação, visando a obter, manter ou demonstrar poder. São nove os elementos que constituem o poder nacional: geografia, recursos naturais,

capacidade industrial, poderio militar, população, caráter nacional, moral nacional, qualidade da diplomacia e qualidade do governo.

A partir disso procede à elaboração de um catálogo dos elementos de poder, desde os mais concretos e mensuráveis para os mais abstratos, que precisam ser mais destrinchados e formalizados. Os elementos tangíveis de poder são aqueles que podem ser facilmente quantificados, medidos ou observados fisicamente. Eles geralmente se referem a recursos materiais e capacidades concretas que um Estado ou ator político possui e pode utilizar para influenciar eventos e alcançar seus objetivos na arena internacional. Os elementos intangíveis de poder, se referem a aspectos mais subjetivos e sutis que moldam a capacidade de um Estado ou ator político de exercer influência e alcançar seus objetivos, são de natureza ideológica, cultural e psicossocial. Embora sejam mais difíceis de medir e quantificar do que os elementos tangíveis, sua importância é reconhecida por analistas e formuladores de políticas, pois influenciam a dinâmica das relações internacionais e a capacidade dos Estados de alcançar seus objetivos estratégicos.

Morgenthau aponta como elementos intangíveis mais expressivos o caráter nacional, a moral nacional, a qualidade do governo e a qualidade da diplomacia. O Caráter Nacional refere-se à identidade coletiva, valores, normas, tradições e identidade cultural de uma nação. O caráter nacional influencia a percepção que outros países têm de um Estado, bem como sua capacidade de construir alianças, exercer soft power e promover seus interesses no cenário internacional.

A Moral Nacional representa o apoio público, coesão e legitimidade do governo de um país. A Qualidade do Governo refere-se à eficácia, transparência, responsabilidade e legitimidade das instituições governamentais de um país. A

Qualidade da Diplomacia representa a habilidade de um país em conduzir relações exteriores eficazes, promover seus interesses, resolver conflitos e construir alianças estratégicas. Uma diplomacia hábil e diplomatas experientes podem aumentar a influência e a reputação de um país no cenário internacional.

## **2.4 Escola Inglesa**

A Escola Inglesa adota uma abordagem distinta das teorias predominantes como o Realismo e o Liberalismo, enfatizando uma análise histórica, sociológica e filosófica das relações internacionais. Fundada por estudiosos como Hedley Bull, Martin Wight e R.J. Vincent, essa escola busca compreender as normas, valores e instituições que sustentam a ordem internacional.

Os princípios fundamentais da Escola Inglesa são a ideia de sociedade internacional, o papel das normas e instituições, e a importância da história e da filosofia na compreensão das relações internacionais. A escola enfatiza a coexistência de três tradições principais: o Realismo (ou Hobbesiana), que foca na anarquia e na competição entre os Estados, enfatizando a luta pelo poder e a necessidade de segurança; o Racionalismo (ou Grotiana), que reconhece a anarquia, mas argumenta que os Estados podem cooperar e criar uma sociedade internacional regulada por leis e instituições; e o Revolucionismo (ou Kantiana), que vislumbra a possibilidade de transformar o sistema internacional em uma comunidade global baseada em valores universais e direitos humanos.

A teoria da sociedade internacional é central na Escola Inglesa. Ela propõe que os Estados formam uma sociedade onde compartilham um conjunto de normas,

regras e instituições que regulam suas interações. Esse conceito vai além da simples coexistência e inclui a cooperação em áreas como comércio, diplomacia, direitos humanos e a guerra. Instituições internacionais, como tratados, organizações e normas, desempenham um papel crucial na Escola Inglesa. De acordo com Wight, elas são vistas como mecanismos que ajudam a manter a ordem e a estabilidade no sistema internacional, facilitando a cooperação e a resolução de conflitos (WIGHT, 2002). Hedley Bull (2002) define instituições como "conjuntos de hábitos e práticas orientados para atingir objetivos comuns". Elas, como o equilíbrio de poder e o direito internacional, simbolizam a sociedade internacional e sustentam a cooperação e a ordem entre os Estados em um sistema anárquico

O sistema internacional é composto por Estados soberanos que interagem de várias maneiras, desde a cooperação pacífica até o conflito violento. De acordo com o autor, este sistema é caracterizado pela anarquia, onde não existe uma autoridade central acima dos estados. Contudo, dentro dessa anarquia, surgem normas e instituições que regulam o comportamento dos Estados. Esse sistema de Estados soberanos surgiu após a Paz de Vestfália em 1648. A transição para Estados soberanos introduziu o princípio da soberania, onde cada Estado tem autoridade sobre seu território e não pode ser legitimamente intervindo por outros estados.

O autor detalha a transição histórica do feudalismo, onde a lealdade e o poder eram fragmentados entre vários senhores e entidades, para o Estado moderno, onde o poder é centralizado e a lealdade é direcionada ao soberano nacional. Esta transição foi marcada por conflitos e mudanças estruturais que culminaram na consolidação do estado-nação como a unidade principal do sistema internacional. As revoluções e guerras desempenharam um papel crucial na formação do sistema

internacional moderno. A Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, por exemplo, desafiaram as normas tradicionais e promoveram ideias de soberania popular e nacionalismo. Essas mudanças ideológicas influenciaram a formação de estados-nação e o desenvolvimento de novas normas internacionais.

Ao longo dos séculos, os Estados começaram a desenvolver normas e instituições que ajudaram a regular suas interações. Tratados de paz, alianças diplomáticas e organizações internacionais surgiram como mecanismos para promover a estabilidade e evitar conflitos. A Liga das Nações e, posteriormente, as Nações Unidas são exemplos de tentativas de institucionalizar a cooperação internacional e estabelecer normas comuns de comportamento.

O conceito de sociedade internacional é fundamental para a Escola Inglesa. De acordo com Wight, ele sugere que os Estados não são apenas atores anárquicos, mas também membros de uma comunidade internacional com normas e valores compartilhados. Esta sociedade é baseada na soberania dos Estados, mas também na interdependência e na necessidade de cooperação. As normas e valores que sustentam a sociedade internacional são diversos e evoluem ao longo do tempo. Eles incluem princípios de soberania, não-intervenção, direitos humanos e justiça internacional. A Escola Inglesa argumenta que essas normas são fundamentais para a estabilidade e a ordem no sistema internacional.

No mundo contemporâneo, a sociedade internacional enfrenta uma série de desafios, incluindo a globalização, o terrorismo, as mudanças climáticas e as crises humanitárias. A Escola Inglesa sugere que enfrentar esses desafios exige uma compreensão profunda das normas e instituições que regulam a sociedade internacional e uma cooperação efetiva entre os estados.

Hedley Bull, em "A Sociedade Anárquica" (Bull, 2002), identifica cinco instituições essenciais que mantêm a ordem no sistema internacional anárquico: o equilíbrio de poder, o direito internacional, a diplomacia, a guerra e as grandes potências. Essas instituições são fundamentais para moderar a anarquia e possibilitar uma sociedade internacional funcional, onde as relações entre Estados soberanos são organizadas de forma a evitar o caos. Entre elas, a política das grandes potências se destaca como uma das mais relevantes, pois essas nações possuem a capacidade de moldar normas e estabelecer as regras que governam a sociedade internacional.

A instituição das grandes potências desempenha um papel singular no sistema internacional. As grandes potências são os atores mais influentes, com capacidades militares, econômicas e políticas significativas que lhes permitem moldar as normas e instituições que regem a ordem global. Elas atuam como guardiãs da ordem internacional, promovendo e protegendo as regras que mantêm a estabilidade. Além de seu poder material, seu status como grandes potências depende também do reconhecimento de outros Estados e da legitimidade de suas ações na arena internacional.

Essas potências são responsáveis por garantir que o equilíbrio de poder seja mantido, e frequentemente desempenham um papel decisivo na resolução de crises internacionais, por meio da diplomacia ou do uso da força. Além disso, historicamente, as grandes potências foram responsáveis pela criação de muitas das normas que compõem o direito internacional, assumindo um papel ativo na promoção de valores e instituições que beneficiam a sociedade internacional como um todo.

Nesse contexto, o foco deste estudo será sobre a política das grandes potências como uma instituição central da ordem internacional. As grandes potências não apenas moldam o sistema global com base em seus interesses e capacidades, mas também são encarregadas de promover e sustentar a ordem internacional. Analisar a política das grandes potências nos permite entender como essas nações, ao longo do tempo, têm equilibrado seu poder e responsabilidade, e como continuam a influenciar profundamente as normas e dinâmicas da sociedade internacional.

## **2.5 Poder para a Escola Inglesa**

A Escola Inglesa tem uma compreensão complexa e multifacetada do poder, que difere significativamente das concepções mais tradicionais encontradas nas escolas de pensamento Realista e Liberal. Vê o poder como um elemento central na configuração da sociedade internacional, mas enfatiza que ele não é o único fator determinante. Enquanto os Realistas focam principalmente no poder material, como capacidade militar e econômica, a Escola Inglesa amplia essa definição para incluir aspectos normativos e institucionais. O poder é entendido não apenas como a capacidade de influenciar outros Estados, mas também como a capacidade de moldar e sustentar as normas e instituições que regulam o comportamento dos Estados.

Uma característica distintiva da Escola Inglesa é sua ênfase no poder normativo e institucional. Isso inclui a capacidade dos Estados de criar, manter e alterar as normas e instituições internacionais que governam a sociedade internacional. Instituições como a diplomacia, o direito internacional e as organizações internacionais são vistas como arenas onde o poder é exercido e

contestado. O poder normativo refere-se à capacidade de um Estado ou grupo de Estados de estabelecer normas e padrões de comportamento que outros Estados sentem-se compelidos a seguir.

Embora a Escola Inglesa reconheça a importância do poder material, ela o contextualiza dentro de uma estrutura mais ampla. O poder militar e econômico são fundamentais para a segurança e a prosperidade dos Estados, mas são vistos como parte de um conjunto maior de fatores que incluem legitimidade, moralidade e normas compartilhadas. A capacidade material é importante, mas sua eficácia depende de como ela é percebida e utilizada dentro da sociedade internacional.

O conceito de equilíbrio de poder é crucial para análise. Ele não é apenas uma ferramenta para a manutenção da estabilidade internacional, mas também um meio de assegurar que nenhuma potência única domine e imponha sua vontade sobre outras. O equilíbrio de poder é visto como um mecanismo para preservar a autonomia dos Estados e promover uma ordem internacional justa e estável.

Para a Escola Inglesa, o poder está intrinsecamente ligado à legitimidade. O uso do poder deve ser percebido como legítimo pelos outros membros da sociedade internacional. Isso significa que os estados poderosos não podem simplesmente impor sua vontade; eles devem justificar suas ações dentro das normas e princípios aceitos pela sociedade internacional. A legitimidade é crucial para a eficácia e a sustentabilidade do poder.

A identidade dos Estados e suas percepções sobre si mesmos e os outros também influenciam a compreensão do poder. A identidade molda as expectativas normativas e os comportamentos dos estados, influenciando como o poder é

exercido e percebido. As identidades nacionais e os valores culturais podem, portanto, ter um impacto significativo sobre a dinâmica do poder na sociedade internacional. Finalmente, a Escola Inglesa reconhece que o poder é dinâmico e pode mudar ao longo do tempo. As mudanças nas distribuições de poder material, como a ascensão e queda de grandes potências, e nas normas e instituições, como a evolução do direito internacional, são centrais para a análise da Escola Inglesa.

## **2.6 Potências**

Hedley Bull e Martin Wight são dois grandes pensadores da teoria das Relações Internacionais, ambos associados à Escola Inglesa das Relações Internacionais. Embora suas abordagens tenham algumas diferenças, ambos concordam que essas potências desempenham um papel fundamental no arranjo e manutenção da ordem internacional. A distinção entre suas visões se dá, sobretudo, pela extensão e detalhamento com que cada um classifica as potências e pelo foco que colocam no funcionamento do sistema.

Os dois autores partem da ideia de que o sistema internacional é anárquico, no entanto, acreditam que ele seja estruturado por normas e instituições, nas quais as potências desempenham um papel fundamental na criação e na manutenção da ordem. Para Bull e Wight, essas potências são os principais atores, pois são capazes de influenciar e definir o rumo do sistema internacional. Nesse sentido, elas são entendidas não apenas em função de seu poder material, mas também em relação à sua função normativa na preservação da estabilidade mundial.

Em *A Sociedade Anárquica* (2002), Bull defende que as grandes potências têm uma responsabilidade especial na conservação da ordem global, não apenas

pela manutenção do equilíbrio de poder, mas também pela formulação de normas e regras que orientem as interações entre os Estados. Paralelamente, Wight afirma que as potências, especialmente as superpotências e grandes potências, são fundamentais na criação e manutenção de instituições internacionais e na definição das normas que governam as relações entre os Estados. A diferença entre eles está na classificação de Wight, que inclui as superpotências e potências emergentes em sua análise, enquanto Bull se concentra nas grandes potências como os principais garantes da ordem.

Para Bull, as grandes potências são os principais atores no cenário internacional, tendo em vista que possuem as maiores capacidades militares, econômicas e diplomáticas, e que têm o dever inato de garantir o equilíbrio de poder e a ordem global. As grandes potências não são apenas definidas pelo seu poder material, mas também pela aceitação de sua posição e responsabilidade na sociedade internacional.

Wight, por sua vez, introduz a noção de superpotências, que vai além da classificação de Bull. As superpotências de Wight, como os Estados Unidos e a União Soviética, têm uma capacidade extraordinária de projetar poder globalmente em múltiplas dimensões (militar, econômica, cultural e política). Para Wight, essas superpotências não são apenas grandes potências com mais poder, mas possuem uma hegemonia quase incontestável em certas esferas. As superpotências têm um alcance e impacto global que ultrapassam o conceito de grandes potências de Bull, que tende a ser mais restrito em termos de influência global.

Ainda assim, ambas as categorias de Bull e Wight convergem na ideia de que esses Estados têm a responsabilidade de manter a ordem e o equilíbrio no sistema

internacional. As superpotências de Wight desempenham um papel semelhante ao que Bull atribui às grandes potências, especialmente no contexto da Guerra Fria, quando o sistema bipolar estava centrado nos EUA e na URSS.

Bull também classifica potências médias ou secundárias, que têm influência limitada em comparação às grandes potências, mas que ainda desempenham papéis significativos, especialmente em contextos regionais. Essas potências médias ou secundárias são essenciais para manter a estabilidade em suas regiões e podem, ocasionalmente, influenciar dinâmicas globais, seja por meio de alianças ou pela especialização em certas áreas da política internacional, como diplomacia ou economia.

Aqui, o conceito de potências regionais de Wight se alinha diretamente com o de potências médias de Bull. Wight reconhece que potências como Brasil, Índia e África do Sul têm um impacto dominante em suas respectivas regiões, sendo capazes de moldar políticas regionais e influenciar seus vizinhos, mas sem o alcance global das grandes potências. Para Bull, essas potências regionais são essenciais para a estabilidade de suas áreas, mas suas capacidades são limitadas em termos globais. Wight expande essa ideia ao situar as potências regionais como atores que, em alguns casos, podem aspirar a um papel maior, especialmente quando suas capacidades econômicas e militares aumentam, abrindo caminho para se tornarem potências emergentes.

Wight oferece uma categoria interessante ao discutir as potências emergentes, como hoje em dia seria o caso da Índia ou do Brasil que estão em processo de ascensão e começam a ganhar maior influência no cenário internacional. Bull não utiliza essa terminologia diretamente, mas o conceito de

potências emergentes pode ser visto como uma evolução das potências médias ou menores mencionadas em *A Sociedade Anárquica*. Esses Estados estão se destacando por seu crescimento econômico, militar ou político, e buscam um papel mais significativo na governança global. A diferença central aqui é que, enquanto Wight reconhece explicitamente o potencial de transformação dentro do sistema ao classificar certos Estados como potências emergentes que podem disputar uma posição maior ou até mesmo desafiar a ordem estabelecida, para Bull essa transição é implícita.

Ambos os autores concordam que o sistema internacional é caracterizado por uma dinâmica de cooperação, competição e conflito entre as potências. As potências, independentemente de sua classificação, desempenham papéis fundamentais na gestão dos assuntos globais, seja por meio de alianças, tratados, ou da criação de normas e instituições. Para Bull, as grandes potências são centrais na manutenção do equilíbrio de poder, evitando que uma potência ou coalizão de potências domine o sistema.

As potências emergentes em Wight estão reconfigurando o equilíbrio de poder, desafiando a hegemonia das potências estabelecidas e contribuindo para um mundo multipolar. Isso está de acordo com a ideia de Bull de que o equilíbrio de poder é uma condição necessária para a ordem, mas Wight expande essa ideia ao considerar como a ascensão de novas potências pode alterar a ordem estabelecida.

As potências, sejam grandes, superpotências, regionais ou emergentes, são os pilares do sistema internacional para Hedley Bull e Martin Wight. Embora Bull se concentre mais nas grandes potências e seu papel na manutenção da ordem internacional, Wight oferece uma classificação mais rica e detalhada, incluindo

superpotências e potências emergentes. Ambas as abordagens se complementam ao destacar que o sistema internacional depende da interação, cooperação e competição entre essas potências para se manter estável e funcional, refletindo a complexidade e a fluidez das dinâmicas globais.

### **3. O QUE UMA GRANDE POTÊNCIA FAZ?**

#### **3.1 Anarquia e Realismo**

A teoria realista das Relações Internacionais oferece uma visão específica e muitas vezes sombria sobre o funcionamento do sistema internacional, enfatizando a anarquia como um de seus princípios fundamentais. Para os realistas, a anarquia não é apenas uma característica incidental do sistema internacional, mas sim uma condição permanente e central que molda profundamente as interações entre os Estados soberanos (Waltz, 2002).

A anarquia, do ponto de vista realista, refere-se à ausência de uma autoridade centralizada que possa impor ordem e garantir segurança no sistema internacional. Diferentemente do que acontece em um contexto doméstico, onde os governos têm o poder de fazer valer a lei e resolver conflitos de forma eficaz, no âmbito internacional, não há uma autoridade soberana acima dos Estados capaz de fazer cumprir regras e punir transgressões (Mearsheimer, 2001). Essa ausência de um poder central é vista pelos realistas como uma fonte fundamental de incerteza e insegurança nas relações internacionais.

Para os realistas, a anarquia não implica necessariamente caos ou falta de ordem, mas sim uma estrutura na qual a segurança e a sobrevivência dos Estados dependem inteiramente de sua própria capacidade de se protegerem e de agirem em busca de seus interesses. Em um sistema anárquico, os Estados estão constantemente sujeitos à ameaça de agressão por parte de outros atores, o que os leva a adotar uma postura de autoajuda e a buscar aumentar sua própria segurança e poder em relação aos demais (Waltz, 2002).

Essa busca pelo poder e pela segurança é uma das características distintivas das relações internacionais sob a perspectiva realista. Os Estados são vistos como atores racionais e auto interessados, que buscam maximizar sua segurança e seus interesses dentro de um ambiente competitivo e incerto (Morgenthau, 2003). Como resultado, a competição pelo poder se torna uma dinâmica central das relações internacionais, com os Estados buscando constantemente aumentar sua posição relativa em relação aos demais (Mearsheimer, 2003).

Além disso, a anarquia internacional torna a guerra uma possibilidade sempre presente. Sem uma autoridade central para arbitrar disputas ou impor regras, os Estados são livres para recorrer à força militar como meio legítimo de buscar seus objetivos. Para os realistas, a guerra não é apenas uma aberração ou um fracasso do sistema internacional, mas sim uma manifestação inevitável da competição pelo poder em um mundo sem autoridade central para garantir a paz e a segurança (Mearsheimer, 2003; Waltz, 2002).

No entanto, os realistas não argumentam que a guerra seja o único resultado possível da anarquia internacional. Eles reconhecem que os Estados também têm incentivos para buscar a estabilidade e evitar conflitos desnecessários, especialmente quando os custos da guerra são muito elevados (Morgenthau, 2003). Nesse ponto, essa visão do papel da anarquia e da autoajuda leva a pelo menos duas respostas para a pergunta sobre o que fazem as grandes potências em um sistema internacional anárquico.

A primeira é a busca por maximizar, conservar e exibir poder. Grandes potências, entendendo que a anarquia cria um ambiente competitivo e incerto, se dedicam a aumentar seu poder relativo para garantir sua sobrevivência e segurança.

Isso pode ser feito por meio de alianças estratégicas, acumulação de recursos econômicos e militares, e projeção de influência em arenas internacionais (Mearsheimer, 2003). A maximização e conservação do poder são essenciais para evitar que outros Estados obtenham vantagens significativas que possam ameaçar sua posição e segurança.

A segunda resposta é o equilíbrio de poder, que se forma como uma maneira de regular o que uma potência pode prudentemente escolher fazer. No contexto da anarquia, onde não há um governante mundial para controlar o comportamento dos Estados, as grandes potências buscam manter um equilíbrio de poder para evitar que qualquer Estado ou coalizão de estados se torne dominante. O equilíbrio de poder atua como um mecanismo de dissuasão contra a agressão, uma vez que as potências se alinham ou ajustam suas políticas para contrabalançar possíveis ameaças. Isso limita as ações que uma potência pode realizar sem provocar uma resposta adversa de outras grandes potências, ajudando a manter uma forma de estabilidade no sistema internacional (Waltz, 2002; Morgenthau, 2003).

### **3.2 Os Tipos de Política Externa**

Duas ideologias típicas de política externa que têm origem em forças psicológicas são apresentadas<sup>1</sup> por Morgenthau (2003): a ideologia do status quo e a ideologia do imperialismo. Em relação às políticas imperialistas, a maioria recorre à ideologia imperialista, enquanto as políticas de status quo podem ser apresentadas tal como são, dado que postulam a continuidade. Para Morgenthau, as políticas de status quo podem normalmente abrir mão do que chama de "disfarce ideológico", já que é mais fácil justificar aquilo que já existe, ou seja, a ordem tal

---

<sup>1</sup> Existe também a de prestígio, mas não será explorada nesta análise.

como ela se coloca, pois adquire certa legitimidade. As políticas de status quo são, portanto, caracterizadas como políticas de Estados que desejam manter um poder já adquirido. Entretanto, quando é necessário justificar a política de status quo de um Estado com uma ideologia, a paz e o direito internacional são frequentemente utilizados, mudando inclusive a expressão "manutenção do status quo" para "manutenção da paz e da segurança internacionais" (Morgenthau, 2003).

Sobre as políticas imperialistas, observa-se que estas estão sempre em busca de uma ideologia, pois, ao desafiarem uma ordem estabelecida, necessitam constantemente de justificativas para a mudança do status quo e para questionar a legitimidade da distribuição de poder vigente, pleiteando uma nova distribuição (Morgenthau, 2003). A política imperialista apoia-se na lei tal como deveria ser (no direito natural). Dessa forma, há espaço para a criação de uma ideologia que possa questionar as injustiças do direito internacional vigente, que beneficiaria apenas os Estados de status quo, levando, portanto, os Estados imperialistas a buscar uma alteração dessa lei para outra mais justa.

Para compreender plenamente a dinâmica da política externa, é necessário um aprofundamento nessa questão. Nesse contexto, a estratégia de manutenção do status quo concentra-se na estabilidade e na resistência a mudanças no cenário internacional que possam afetar sua posição. Em contrapartida, a abordagem imperialista visa à expansão do poder através da reconfiguração do cenário existente. Ademais, a política de prestígio baseia-se em exibicionismo e formalidades para consolidar ou aumentar o poder do Estado, complementando outras políticas. A combinação dessas estratégias resulta em uma das principais contribuições ao debate sobre segurança internacional: o equilíbrio de poder.

Além disso, em âmbito internacional, o Estado age politicamente para manter, aumentar ou demonstrar seu poder nacional, adotando políticas de status quo, imperialismo ou prestígio, respectivamente. Também é introduzida a ideia da balança de poder como um limite ao poder nacional. Esta é compreendida como uma distribuição aparentemente igual de poder entre os Estados, usada como meio de limitar o poder nacional pelos Estados rivais, ao passo que o próprio Estado busca aumentar seu poder como forma de limitar o poder dos outros Estados. A balança de poder é vista por Morgenthau como uma maneira de manter a liberdade das potências, reafirmando sua pluralidade.

Quando nações teoricamente iguais buscam manter ou alterar o status quo, ocorre inevitavelmente um jogo de equilíbrio de forças. Esse equilíbrio pode ser mantido pela redução do poder de uma parte ou pelo fortalecimento da parte mais vulnerável. São sugeridas diversas abordagens para garantir esse equilíbrio entre Estados ou grupos de Estados, tais como a fragmentação e domínio de territórios inimigos, compensações aos derrotados, promoção da corrida armamentista ou estabelecimento de alianças estratégicas. A teoria desenvolvida visa essencialmente construir um cenário de segurança global e, conseqüentemente, promover a paz mundial. Em um contexto internacional marcado pela incerteza, a segurança só pode ser alcançada através de estratégias que busquem um equilíbrio de poder estável.

Por fim, Morgenthau compila os elementos de poder discutidos por vários pensadores realistas, como Hobbes e Carr, com o intuito de sistematizar o realismo como uma ciência das Relações Internacionais. Os Estados estabelecem arranjos que se encaixam em três padrões fundamentais: manutenção do poder (status quo),

expansão do poder (imperialismo) e demonstração de poder (prestígio). Dessa forma, torna-se evidente que a distribuição do poder global influencia as políticas externas das entidades políticas internacionais, sendo essencial, portanto, avaliar o poder de cada uma delas. Esse é um critério fundamental para definir a posição de um Estado no cenário internacional e guiar sua atuação nele.

### **3.3 A Balança de Poder para os Realistas**

O sistema de estados é uma construção central nas teorias das Relações Internacionais, especialmente no pensamento realista. Ele se refere à estrutura global na qual os Estados soberanos são os principais agentes e interagem uns com os outros dentro de um contexto de anarquia. Nesse cenário, a anarquia denota a ausência de uma autoridade central que tenha poder sobre os Estados soberanos. Ao contrário dos sistemas políticos internos, onde um governo exerce controle sobre seu território e população, no sistema internacional não há uma entidade superior capaz de impor regras ou resolver disputas entre os Estados. Portanto, os Estados são obrigados a depender de si mesmos para garantir sua segurança e proteger seus interesses.

Essa estrutura é composta por todos os Estados soberanos reconhecidos internacionalmente. Cada Estado é considerado igual em termos de soberania, o que implica a inexistência de uma autoridade hierárquica superior entre eles. Dentro dessa dinâmica, os Estados interagem por meio de uma variedade de mecanismos, como diplomacia, comércio, alianças, conflitos e cooperação.

No sistema de estados anárquicos, os Estados estão constantemente em busca de garantir sua segurança e proteger seus interesses. O equilíbrio de poder emerge como um conceito-chave nesse contexto. Ele refere-se à distribuição de

poder entre os Estados, onde nenhum Estado domina completamente os outros. Quando um Estado se torna excessivamente poderoso, isso pode gerar preocupações entre os outros Estados e levar à formação de coalizões ou alianças para conter essa influência.

Apesar da anarquia e da competição entre os Estados, também existe um elemento de interdependência no sistema de estados. Os Estados frequentemente dependem uns dos outros para o comércio, segurança e cooperação em questões globais como meio ambiente, saúde e economia. Embora não exista uma autoridade central no sistema internacional, há normas e instituições que ajudam a regular o comportamento dos Estados. Tratados, acordos internacionais, organizações multilaterais e costumes internacionais desempenham um papel importante na tentativa de mitigar conflitos e promover a cooperação entre os Estados.

O sistema de estados em um contexto anárquico das relações internacionais é uma estrutura na qual os Estados soberanos interagem uns com os outros, competindo por poder e segurança, enquanto buscam formas de cooperação e interdependência para lidar com desafios comuns. Essa dinâmica é caracterizada pela constante busca por equilíbrio de poder, onde nenhum Estado pode dominar completamente os outros, e pela presença de normas e instituições que buscam regular o comportamento dos atores estatais no cenário global.

O conceito de equilíbrio de poder refere-se à distribuição de poder entre os Estados no sistema internacional, onde nenhum Estado é capaz de dominar completamente os outros. Em vez disso, os Estados buscam alcançar um equilíbrio relativo de poder, formando alianças, buscando armamentos ou adotando estratégias diplomáticas para garantir sua segurança e proteger seus interesses.

O equilíbrio de poder pode se manifestar de várias maneiras. Por exemplo, os Estados podem formar alianças para contrabalançar o poder de um Estado ou de um grupo de Estados que seja percebido como uma ameaça. Além disso, os Estados podem buscar o desenvolvimento de capacidades militares ou econômicas para aumentar sua posição relativa no sistema de poder. No entanto, é importante ressaltar que o equilíbrio de poder não leva necessariamente à paz ou estabilidade duradoura. Pode resultar em competição, conflitos e até mesmo em corridas armamentistas, especialmente quando os Estados não confiam uns nos outros ou quando há mudanças na distribuição de poder que desequilibram o sistema.

### **3.4 Grandes Potências como Instituição**

A escola Inglesa das Relações Internacionais se distingue por oferecer uma análise que vai além do enfoque estritamente materialista das relações de poder. Esta escola, fundada por estudiosos como Martin Wight, R.J. Vincent e Hedley Bull, entre outros, propõe que os estados, especialmente as grandes potências, atuam em um sistema anárquico, mas com características de uma sociedade internacional que compartilha normas, valores e instituições comuns (WIGHT, 2002; VINCENT, 1986).

As grandes potências são compreendidas como uma instituição central dentro dessa sociedade internacional. Nesse contexto, a Escola Inglesa entende as instituições como práticas e normas compartilhadas entre os Estados, como o equilíbrio de poder e o direito internacional, que são fundamentais para promover cooperação, ordem e a manutenção da sociedade internacional. Segundo Martin

Wight (2002), as grandes potências possuem um papel especial na manutenção da ordem global, moldando normas e promovendo práticas que garantem a estabilidade do sistema. A legitimidade, nesse contexto, é fundamental. R.J. Vincent, em sua obra *Human Rights and International Relations* (1986), destacou que o poder material por si só não basta: é essencial que as ações das grandes potências estejam alinhadas às normas aceitas pela sociedade internacional. Essa legitimidade assegura que intervenções, mediações de conflitos e iniciativas diplomáticas não apenas protejam os interesses dessas potências, mas também promovam um ambiente regulado e previsível.

O prestígio também desempenha um papel crucial na atuação dessas potências. Para Vincent (1986), exibir poder e influência de forma justa e benéfica para a sociedade internacional é uma ferramenta indispensável para consolidar o poder e evitar desafios à liderança. Essa combinação de legitimidade e prestígio permite que as grandes potências exerçam influência e liderem sem recorrer exclusivamente à coerção.

Além disso, a Escola Inglesa enfatiza como essas potências utilizam sua posição para criar e fortalecer instituições internacionais. Exemplos como a Liga das Nações e as Nações Unidas mostram como as grandes potências institucionalizaram normas e práticas que refletem interesses coletivos. Ao promover o respeito à soberania e ao direito internacional, elas reforçam sua posição como líderes legítimos dentro da sociedade internacional.

Nesse sentido, Bull (2002), ressalta especificamente no capítulo “As Grandes Potências e a Ordem Internacional” que as grandes potências não só ocupam uma posição privilegiada no sistema internacional, mas também assumem

responsabilidades que vão além da simples busca de interesses nacionais imediatos. Para Bull, o reconhecimento mútuo entre essas potências confere-lhes autoridade para manter o equilíbrio de poder, gerenciar conflitos e delinear parâmetros fundamentais de conduta. Desse modo, funcionam como uma “instituição” na medida em que são aceitas e legitimadas pelos demais Estados para exercer um papel de liderança, zelando pela estabilidade do sistema, delimitando fronteiras para o uso legítimo da força e, sobretudo, fornecendo estruturas para a cooperação e a ordem internacional.

### **3.5 A Balança de Poder na Escola Inglesa**

Outro ponto central da Escola Inglesa é o conceito de equilíbrio de poder, entendido como um mecanismo indispensável para a manutenção da estabilidade no sistema internacional. Martin Wight (2002) argumenta que o equilíbrio de poder não é apenas uma estratégia defensiva contra a dominação de uma única potência, mas também um instrumento que fomenta cooperação e incentiva a formação de coalizões para evitar o colapso sistêmico.

O sistema do Concerto Europeu do século XIX exemplifica essa dinâmica: as grandes potências atuavam de forma coordenada para evitar que qualquer uma delas alcançasse a hegemonia. Essa prática não apenas assegurava a autonomia dos Estados menores, mas também mantinha a ordem na sociedade internacional. A balança de poder, portanto, não é apenas uma política material, mas também uma norma institucionalizada que reflete o consenso entre os estados sobre a necessidade de preservar a estabilidade.

Conforme aponta Bull (2002), o equilíbrio de poder não se limita a acordos pontuais de cooperação ou rivalidade. Em vez disso, Bull o vê como uma verdadeira instituição dentro da sociedade internacional. Segundo ele, os Estados compreendem que manter um equilíbrio relativo de forças é fundamental para prevenir que uma única potência domine as demais e, assim, assegurar a independência e a segurança de todos. Nessa perspectiva, a balança de poder não se restringe a uma estratégia meramente militar ou política, mas também envolve um componente normativo: trata-se de um compromisso coletivo que considera o equilíbrio essencial para preservar a ordem global.

As grandes potências utilizam o equilíbrio de poder como uma ferramenta de governança internacional. Suas políticas externas combinam dissuasão, alianças estratégicas e diplomacia para evitar desequilíbrios que poderiam desestabilizar o sistema global. A Escola Inglesa argumenta que essas estratégias são complementadas pela promoção de normas compartilhadas e pelo esforço em garantir que as ações sejam percebidas como legítimas.

Por fim, o equilíbrio de poder é também uma prática dinâmica que exige adaptação às mudanças no sistema internacional. Intervenções humanitárias recentes, lideradas por grandes potências, ilustram como o equilíbrio de poder é continuamente ajustado. Quando essas intervenções são percebidas como alinhadas aos princípios da sociedade internacional, como a proteção de direitos humanos, recebem apoio. Por outro lado, ações unilaterais motivadas por interesses particulares podem minar a legitimidade dessas potências e provocar resistência de outros estados.

#### 4. CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender de que forma duas correntes teóricas centrais nas Relações Internacionais — o Realismo e a Escola Inglesa — caracterizam as grandes potências e explicam sua atuação no cenário global. A proposta foi comparar as visões de cada abordagem quanto aos fatores que definem o status de potência, incluindo tanto elementos materiais (força militar, capacidades econômicas) quanto o reconhecimento e a legitimidade que esses Estados costumam alcançar.

Ao longo da análise, procurou-se também esclarecer os pontos de convergência e divergência entre as duas teorias. Enquanto o Realismo se apoia na ideia de anarquia e na busca incessante por poder, a Escola Inglesa enfatiza a existência de uma “sociedade internacional”, na qual normas e instituições moldam o comportamento dos principais atores. Assim, abriu-se espaço para avaliar em que medida cada perspectiva oferece explicações complementares ou conflitantes acerca da hierarquização e das responsabilidades das grandes potências.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa foi dividida em etapas que abordaram inicialmente os pressupostos do Realismo, explorando autores clássicos e contemporâneos, como Morgenthau e Waltz, e suas interpretações sobre poder e segurança. Em seguida, voltou-se a atenção aos fundamentos da Escola Inglesa, sobretudo a contribuição de Bull e Wight, destacando o papel das instituições e de valores compartilhados. Para facilitar o entendimento, segue um quadro comparativo, no qual se organizaram as convergências e diferenças entre essas correntes, buscando evidenciar como cada uma descreve a posição e a conduta das grandes potências.

Quadro 1: Realismo e Escola Inglesa: Convergências e Diferenças

Temas/ Conceitos	Realismo	Escola Inglesa
<b>Definição / Origem</b>	Surgiu como uma reação ao idealismo do pós-Primeira Guerra, consolidando-se durante a Guerra Fria. Autores como Hans Morgenthau e, posteriormente, Kenneth Waltz, enfatizam a anarquia e a busca por poder no sistema internacional.	Enraizada em uma tradição intelectual britânica que combina história, filosofia e sociologia. Hedley Bull e Martin Wight são referências centrais, propondo a existência de uma “sociedade internacional” onde normas e instituições desempenham papel relevante, ainda que o sistema permaneça anárquico.
<b>Visão do Estado</b>	O Estado é soberano e movido pela busca de poder para garantir segurança (MORGENTHAU, 2003). Suas decisões se pautam	Mantém o Estado como ator central, mas condicionado por regras e instituições (BULL, 2002). Grandes potências têm responsabilidades

	<p>pelo interesse nacional, em ambiente de desconfiança mútua.</p>	<p>adicionais na manutenção da ordem, pois a legitimidade de suas ações depende do reconhecimento dos demais Estados internacionais que facilitem a coexistência e a cooperação (WIGHT, 2002).</p>
<p><b>Natureza do sistema internacional</b></p>	<p>O sistema é anárquico (WALTZ, 1979), e os Estados competem pela sobrevivência e poder. Instituições são vistas com ceticismo, pois refletem interesses dos atores mais fortes (MEARSHEIMER, 2003).</p>	<p>Apesar da anarquia, há uma “sociedade internacional” onde normas e instituições moderam comportamentos (BULL, 2002). Essas estruturas facilitam a cooperação e legitimam ações coletivas, servindo de base para a manutenção da ordem (WIGHT, 2002).</p>
<p><b>O que são as grandes potências?</b></p>	<p>Para os realistas, são Estados com recursos</p>	<p>Além de força material, requerem reconhecimento</p>

	<p>materiais (militares e econômicos) suficientes para influenciar as regras do sistema ou ameaçar adversários em larga escala. Esses países se destacam pela capacidade de projetar poder global ou regional e moldar a ordem internacional a seu favor.</p>	<p>coletivo e legitimidade. Hedley Bull (2002) atribui às grandes potências o dever de zelar pela ordem, agindo como “guardiãs” do sistema. Esse status inclui influência normativa e o consentimento dos demais membros da sociedade internacional.</p>
<p><b>Crítérios de status e identidade</b></p>	<p>Focam em recursos tangíveis (força militar, PIB, território). Questões de legitimidade e reconhecimento são secundárias, pois o poder material define a hierarquia (MORGENTHAU, 2003).</p>	<p>Consideram que prestígio, legitimidade e reconhecimento internacional são fundamentais. A identidade estatal (como o país se vê e é visto) influencia o status de grande potência (PAUL et al., 2014). Mesmo com recursos limitados, um Estado pode ascender se houver concordância</p>

		sobre sua relevância ou liderança institucional.
<b>Concepção de ordem internacional</b>	Baseada na distribuição de poder e na dissuasão mútua. A ordem surge quando as grandes potências equilibram suas capacidades e evitam a dominação de uma só. As alianças são fundamentais, mas transitórias, pois cada Estado visa a maximizar segurança e interesses. (MEARSHEIMER, 2003).	Conjugada por normas e instituições que as grandes potências ajudam a criar (BULL, 2002). Para manter a ordem, são necessárias práticas reconhecidas de governança e respeito aos princípios da sociedade internacional (WIGHT, 2002). Maior cooperação e previsibilidade caracterizam essa visão de ordem.
<b>Balança de poder / Segurança</b>	O equilíbrio de poder é um mecanismo essencial para evitar que uma única potência se torne dominante. Para os realistas, Estados poderosos se	Também valoriza a balança de poder, mas a entende como uma prática histórica e normativa que integra a sociedade internacional (BULL, 2002). O objetivo

	<p>contrabalançam através de alianças ou corrida armamentista. Esse processo tende a manter a estabilidade, ainda que de forma frágil.</p>	<p>é preservar a estabilidade e prevenir que qualquer ator subverta a ordem, envolvendo também dimensões de legitimidade e consenso (WIGHT, 2002).</p>
<p><b>O que as grandes potências fazem?</b></p>	<p>Em geral, buscam manter ou alterar o equilíbrio de poder para assegurar interesses estratégicos. Dedicam-se a alianças, aumento de capacidades militares e projeção de influência. O realismo enfatiza que elas agem segundo a lógica da autoajuda e visam garantir posições de liderança ou hegemonia quando possível.</p>	<p>Funcionam como “guardiãs” da ordem internacional, promovendo e sustentando instituições (como direito internacional, diplomacia e organizações multilaterais). Costumam intervir em crises, mediar conflitos e estabelecer parâmetros de conduta legítima — desde que suas ações sejam vistas como compatíveis com as normas da sociedade internacional.</p>

Fonte: elaboração própria.

Ainda assim, algumas limitações se mostram evidentes. Este trabalho concentrou-se em aspectos teóricos, sugerindo que análises de casos específicos seriam necessárias para validar ou questionar as propostas de cada escola. Ademais, diante das rápidas transformações nas relações internacionais — como a ascensão de novos atores e os desafios trazidos por questões globais — há margem para pesquisas futuras que incluam outras perspectivas teóricas, bem como estudos empíricos sobre potências regionais, coalizões emergentes e dinâmicas de poder que fogem aos modelos tradicionais, ampliando e aprofundando o debate sobre o estatuto das grandes potências.

## REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham. **A caminho da guerra: Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?**. São Paulo. Editora Intrínseca, 2020.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: Um Estudo da Ordem Política Mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

BOTERO, Giovanni. Book I, Chapter 1. In: **The Reason of State**. Trad. de P. J. e D. P. Waley; com introdução de D. P. Waley. London: Routledge and K. Paul, 1956. p. 3–15.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. ED. Universidade de Brasília, 1981.

GIL, Pedro; SCHELP, Diogo. **A guerra fria tecnológica entre Estados Unidos e China**. VEJA, Xangai, 30 ago. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/a-guerra-fria-tecnologica-entre-estados-unidos-e-china>. Acesso em: 16 de janeiro de 2025

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: UnB, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. LeBooks Editora, 2019.

HOLBRAAD, Carsten. **Middle powers in international politics**. Springer, 1984.

IKENBERRY, G. John. **After victory: Institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. Princeton University Press, 2019.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

KINDLEBERGER, Charles P. **Dominance and Leadership in the International Economy: Exploitation, Public Goods, and Free Rides**. *International Studies Quarterly*, vol. 25, no. 2, 1981, pp. 242–254.

LAKE, David A. International Hierarchy. In: LAKE, David A. **Hierarchy in international relations**. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics (Updated edition)**. WW Norton & Company, 2003.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

VINCENT, Raymond John. **Human rights and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das relações internacionais**. Gradiva, 2002.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

PAUL, Thazha Varkey; LARSON, Deborah Welch; WOHLFORTH, William C., eds. **Status in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.